



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO Nº : 20242906300176 (E-PAT Nº 053.050)
RECURSO VOLUNTÁRIO : N. 053.050
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : ULTRA COM. DE MAT. E EQUIP. EIRELI
JULGADOR RELATOR : JUAREZ BARRETO MACEDO JUNIOR
RELATÓRIO : 027/2025 – 1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO JULGADOR RELATOR

O Sujeito Passivo acima identificado, promoveu a circulação de mercadorias constantes na(s) NF-e(s) nº 1.804, alcançada(s) pela EC 87/15, onde dispõe que caberá ao Estado do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, quando destinem bens e serviços a consumidor final (não contribuinte), contudo sem comprovar o referido pagamento quando da passagem por este Posto Fiscal, vez que não fora apresentado comprovante de recolhimento do ICMS devido a este Estado (Rondônia) e, em consulta ao SITAFE, também não fora localizado qualquer valor correspondente, conforme tela de sistema anexo. Tal responsabilidade pelo recolhimento do ICMS fica a cargo da empresa remetente da mercadoria. Base de Cálculo do ICMS e da Multa detalhada no Anexo I (Planilha de Cálculo do Crédito Tributário).

Infringindo o disposto nos Art. 270, I, letra "c"; art. 273; art. 275, todos do Anexo X do RICMS RO, aprovado pelo Decreto 22721/2018 e EC 87/15. Penalidade: Lei 688/96, artigo 77, inciso IV, alínea “a” item 1. Período:13/03/2024 a 17/03/2024.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO		
TRIBUTO	R\$	42.943,41
MULTA	R\$	38.649,07
JUROS	R\$	0,00
A. MONETÁRIA	R\$	0,00
TOTAL	R\$	81.592,48

O sujeito passivo foi notificado da autuação pelos Correios por AR, em 22/04/2024, sendo apresentada defesa tempestiva a qual passo a analisar.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

ARGUIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA DEFESA

O autuado comparece ao autos argumentando que houve um equívoco nas informações do destinatário/receptor da mercadoria.

No recebimento da intimação descobriu que o destinatário da mercadoria (correio) replicou uma informação errônea, informando que o destinatário seria o CNPJ nº da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, mas o correto seria o CNPJ nº EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, pois este está vinculado à inscrição estadual única nº 28.193.

Ao verificar que o CNPJ estava errado, o correio emitiu uma declaração esclarecendo o ocorrido, ajustamos as notas fiscais com o procedimento legal por lei com o ato declaratório de nota fiscal denegada (operação não realizada), estorno da NF 1804 e nova nota fiscal com os dados corretos para cumprir a lei.

NF 1.804 (ERRONEA)

- DOCUMENTO DECLARATORIO NF DENEGADA PELO CORREIO
- NF 1851 (ESTORNO – ENTRADA DE DEVOLUÇÃO CORREIO REF A NF

1804)

- NF 1852 (NOVA NF COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CORRETA) Conclui a defesa, solicitando a anulação do auto de infração.

Submetido a julgamento em primeira instância, o douto julgador singular ao analisar as provas carreadas aos autos, decidiu pela **IMPROCEDÊNCIA** do auto de infração declarou **INDEVIDO** o valor de **R\$ 81.592,48**.

O sujeito passivo foi devidamente notificado da r. Decisão e não interpôs Recurso Voluntário.

É o breve Relatório.

FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Destarte, o presente auto de infração decorre que o sujeito passivo não recolheu o ICMS-DA devido em operação destinada a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado no Estado de Rondônia. Ação fiscal desencadeada no posto fiscal de Vilhena.

O douto julgador singular ao analisar as provas carreadas aos autos em anexo a peça impugnativa, se manifestou nos seguintes termos:

(...)

A fiscalização lançou de ofício o ICMS-DIFAL e a penalidade por entender que o sujeito passivo não recolheu o imposto antes de iniciada a operação destinada a consumidor final não contribuinte. Em sua defesa o sujeito passivo argumenta que houve equívoco nas informações cadastrais prestadas pelo destinatário dos bens, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIO E TELÉGRAFOS, que possui inscrição única no Estado.

Conforme disposições da legislação tributária, o fisco poderá conceder inscrição única para empresas de diversos seguimentos, dentre elas a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para cumprimento de suas obrigações com o fisco.

RICMS/RO

Art. 125:

§ 3º. Poderá ser concedida inscrição única para efeitos de escrituração, apuração e pagamento do ICMS:

I - à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; ([Ajuste SINIEF 03/89](#))

A ECT possui imunidade em relação aos serviços por ela prestados, assim entende o Supremo Tribunal Federal-STF, que firmou a seguinte tese, no RE 627051:

Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

Porém, em relação às aquisições de bens para o ativo ou mesmo para uso e consumo, o imposto incide normalmente, portanto, contribuinte do ICMS.

O erro no cadastramento do destinatário, ocasionando a emissão da nota fiscal para estabelecimento sem inscrição foi sanado pela emissão da nova nota fiscal (1852), para a inscrição cadastral única no dia 11.04.2024.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Na EFD de abril de 2024 consta que a referida nota fiscal foi escriturada no registro de entradas e na apuração mensal (Ajuste de débito), comprovando que o destinatário adimpliu sua obrigação. (pasta correios, anexada pelo julgador)

Por tudo que foi exposto, não há dúvidas que em relação ao ICMS DIFAL na operação questionada, a obrigação de pagamento era dos correios.

Ainda que na passagem pelo posto fiscal a operação aparentasse irregular, foi demonstrada posteriormente, que se tratava de bem destinado a contribuinte do ICMS, o que desobrigava o remetente de recolher o DIFAL antecipadamente.

Pois bem! Analizando a peça acusatória versos peça impugnativa com seus anexos, esta a este Conselheiro Julgador concordar em *tottum* com os fatos e fundamentos jurídicos exarados na r. Decisão singular. Afinal, em relação às aquisições de bens para o ativo ou mesmo para uso e consumo, o imposto incide normalmente, portanto, contribuinte do ICMS.

Ademais, como ficou demonstrado o erro no cadastramento do destinatário, ocasionando a emissão da nota fiscal para estabelecimento sem inscrição foi sanado pela emissão da nova nota fiscal (1852), para a inscrição cadastral única no dia 11.04.2024.

De fato, não há dúvidas que em relação ao ICMS DIFAL na operação questionada, a obrigação de pagamento era dos correios.

Em que pese na passagem pelo posto fiscal a operação aparentasse irregular, foi demonstrada posteriormente, que se tratava de bem destinado a contribuinte do ICMS, o que desobrigava o remetente de recolher o DIFAL antecipadamente.

Ante todo o exposto, conheço do Recurso de Ofício para ao final negar-lhe provimento, mantendo-se hígida a decisão singular de IMPROCEDÊNCIA do auto de infração que julgou INDEVIDO o valor de R\$ 81.592,48.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Porto Velho, 23 de março de 2025.

JUAREZ BARRETO
MACEDO
JUNIOR: -

Juarez Barreto Macedo Junior
Julgador Relator

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20242906300176 - E-PAT: 053.050
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 053.050
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : ULTRA COM. DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI
RELATOR : JUAREZ BARRETO MACEDO JÚNIOR

ACÓRDÃO Nº 044/2025/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – DEIXAR DE RECOLHER O IMPOSTO DEVIDO AO ESTADO DE RONDÔNIA (EC 87/15) – INOCORRÊNCIA – Restou comprovado que o sujeito passivo efetuou operação interestadual com mercadorias destinadas a consumidor final contribuinte do ICMS e adimpliu sua obrigação. O erro no cadastramento do destinatário sem inscrição foi sanado pela emissão da nova NF 1852, para inscrição cadastral única final. Ademais, a EFD de abril de 2024 consta a referida NF no registro de entradas e na apuração (Ajuste de débito). Infração ilidida. Mantida a decisão de Improcedência do auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Juarez Barreto Macedo Junior, acompanhado pelos julgadores Reinaldo do Nascimento Silva, Amarildo Ibiapina Alvarenga e Manoel Ribeiro de Matos Junior.

TATE. Sala de Sessões, 24 de março de 2025.

Fabiano Emanuel F. Caetano
Presidente

Juarez Barreto Macedo Junior
Julgador/Relator